

PARECER NR. 6/PP/2010-P
CONCLUSÕES:

A – O advogado é obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções.

B - O advogado não pode aconselhar, representar ou agir por conta de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses desses clientes.

C - Se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito.

D - Existe conflito de interesses e violação de segredo profissional se o advogado obteve informações e documentos de cliente, executado em processo de execução e, depois, utiliza tais informações e documentos, em representação formal dos exequentes no processo, contra os interesses do anterior cliente, executado.

I. Na sequência da dedução de uma oposição à penhora, a correr termos sob o nº. (...), no (...)juízo cível do Tribunal (...), a Mma. Juiz do processo, por duto despacho de 14.12.2009, determinou a notificação da Ordem dos Advogados para *se pronunciar* a respeito de um dos pedidos formulados na petição de oposição, que é este:

- "Impedir a continuação do patrocínio nestes autos pelos mandatários dos exequentes, os quais constam da procuração junta aos autos, notificando os exequentes para constituir novos mandatários".

Na referida petição de oposição, os executados/opponentes pugnam pela inadmissibilidade da penhora dos créditos que detêm sobre terceiros, já que o conhecimento que aos exequentes chegou sobre os créditos penhorados, lhes foi transmitido pelos Senhores Advogados, Drs. (...) e (...), a quem os executados confiaram os respectivos interesses, no desconhecimento de que os referidos advogados eram, também, mandatários dos exequentes.

Referem, ainda, os executados, ter confiado informações e documentos àqueles Senhores Advogados, que acusam de terem violado o dever de guarda de sigilo profissional, de actuarem em situação de conflito de interesses e de terem impedido a dedução de oposição à execução.

II. Entrado o pedido no Centro de Apoio Jurídico e Judiciário do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, foi reencaminhado para o Presidente do Conselho Distrital, por ofício de 3.02.2010.

Distribuído ao signatário para apreciação sobre eventual conflito de interesses, é o que se fará, sob a forma de parecer, já que, delimitada como está a questão, patentemente questão “de carácter profissional” de advogado, para tanto tem competência este Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados – art. 50º.-1 f) EOA.

Mas com uma ressalva: o problema será analisado apenas no que se refere ao aspecto deontológico, que não compete a este Conselho pronunciar-se sobre questões de ordem processual no processo executivo.

III. O problema colocado na petição de oposição à penhora é de ordem deontológica, de relação advogado-cliente, de eventuais conflito de interesses e violação de segredo profissional.

Dos factos relatados na petição de oposição que suporta o pedido de pronúncia – factos, que não há outros, com base nos quais é emitido o presente parecer -, resulta que dois Senhores Advogados, mandatários dos executados, embora sem representação judicial, de quem recolheram informações e documentos, acabam por aceitar patrocinar os exequentes no processo executivo que opõe estes àqueles e, no processo, utilizar as informações e documentos obtidos, contra os interesses dos executados, que lhos haviam confiado.

Face ao disposto nos arts. 87º. e 94º. EOA, é patente a situação de conflito de interesses e a violação do dever de guardar segredo profissional.

Sendo o advogado *obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções* e só excepcionalmente os podendo revelar, mas sempre, e apenas, para defesa dos direitos e interesses legítimos dele próprio ou do cliente (e, mesmo assim, com prévia autorização do Presidente do Conselho Distrital competente) – art. 87º.-1, corpo, e 4 EOA -, logo se vê que tal dever foi violado, visto que foram revelados factos conhecidos no exercício da profissão.

A tal não obsta a circunstância de o serviço prestado pelo advogado não envolver representação judicial ou extrajudicial – art. 87º.-2 EOA.

IV. Por outro lado, *“o advogado não pode aconselhar, representar ou agir por conta de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses desses clientes”* – art. 94º.-3 EOA – e, *“se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito”* – art. 94º.-4 EOA -, sendo ainda de atender a que *“o advogado deve abster-se de aceitar um novo cliente se tal puser em risco o cumprimento do dever de guardar sigilo profissional relativamente aos assuntos de um anterior cliente, ou se do conhecimento destes assuntos resultarem vantagens ilegítimas ou injustificadas para o novo cliente”* – art. 94º.-5 EOA.

A ser correcto o relatado na petição de oposição, o comportamento dos Senhores Advogados mandatários dos exequentes enquadra-se, pelo menos, nos três números transcritos do preceito citado, pelo que a actuação profissional respectiva o foi, está a ser, em situação de conflito de interesses.

V. Nos termos do disposto no art. 94º.-6 EOA, *“sempre que o advogado exerça a sua actividade em associação, sob a forma de sociedade ou não, o disposto nos números anteriores aplica-se, quer à associação, quer a cada um dos seus membros”*.

Desconhece-se o teor da procuração junta ao processo, outorgada a favor dos Senhores Advogados mandatários dos exequentes e, assim, se os mesmos exercem a actividade profissional em associação, sob a forma de sociedade ou não.

De todo o modo, seria aconselhável que todos eles – e não só os que efectivamente já praticaram actos de patrocínio –, em atenção à dignidade e responsabilidades da função que exercem – se afastassem do processo, cessando de agir por conta de todos os clientes – art. 94º.-4 EOA.

Óbvio que qualquer advogado que viole disposição deontológica, legal ou regulamentar, como o Estatuto da Ordem dos Advogados, ficará sujeito às correspondentes sanções disciplinares, não competindo pronúncia sobre eventuais consequências de outro âmbito.

VII. Em conclusão:

A – O advogado é obrigado a guardar segredo profissional no que respeita a todos os factos cujo conhecimento lhe advenha do exercício das suas funções.

B – O advogado não pode aconselhar, representar ou agir por conta de dois ou mais clientes, no mesmo assunto ou em assunto conexo, se existir conflito entre os interesses desses clientes.

C – Se um conflito de interesses surgir entre dois ou mais clientes, bem como se ocorrer risco de violação do segredo profissional ou de diminuição da sua independência, o advogado deve cessar de agir por conta de todos os clientes, no âmbito desse conflito.

D – Existe conflito de interesses e violação de segredo profissional se o advogado obteve informações e documentos de cliente, executado em processo de execução e, depois, utiliza tais informações e documentos, em representação formal dos exequentes no processo, contra os interesses do anterior cliente, executado.

É, s. m. o., o meu parecer.

Viana do Castelo, 23 de Fevereiro de 2010

O Relator

António Rio Tinto Costa